



CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 752/2025

PROPOSITURA: 2025.10000.10300.5.018466

AUTORIA: VER. EURICO TAVARES

SUBSCRITOR:

EMENTA: DISPÕE sobre a implementação do Programa Jovem Aprendiz na Administração Pública do Município de Manaus, em conformidade com a legislação federal, e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

:



CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

PROJETO DE LEI Nº ____/2025

DISPÕE sobre a implementação do Programa Jovem Aprendiz na Administração Pública do Município de Manaus, em conformidade com a legislação federal, e dá outras providências.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Manaus a instituir e implementar o Programa Jovem Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, em conformidade com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e suas posteriores alterações, e com os artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 2º O Programa Jovem Aprendiz na Administração Pública Municipal de Manaus tem como princípios norteadores:

- I – A promoção do desenvolvimento integral e da capacitação profissional de jovens;
- II – A garantia do acesso ao primeiro emprego e a experiência prática no serviço público;
- III – O fomento à inclusão social, com atenção prioritária a jovens em situação de vulnerabilidade social;
- IV – A complementariedade entre a formação teórico-prática oferecida pelas instituições de ensino e a vivência no ambiente de trabalho;
- V – O estímulo à cidadania e à valorização do serviço público.

Art. 3º São objetivos do Programa Jovem Aprendiz no âmbito municipal:

- I – Qualificar profissionalmente jovens para o mercado de trabalho, oferecendo formação técnica e experiência prática;





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

II – Proporcionar aos jovens a vivência do ambiente de trabalho em repartições públicas, contribuindo para sua formação cívica e profissional;

III – Reduzir os índices de desemprego juvenil no Município de Manaus, com foco na primeira experiência profissional;

IV – Contribuir para a renovação e dinamização dos quadros de colaboradores da Administração Pública Municipal;

V – Assegurar a continuidade escolar dos jovens aprendizes, promovendo a articulação entre educação e trabalho.

Art. 4º Os jovens aprendizes a serem contratados para atuar nas repartições públicas do Município de Manaus deverão atender aos requisitos estabelecidos na legislação federal que rege a aprendizagem, incluindo:

I – Ter idade entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos incompletos, ressalvadas as disposições específicas para pessoas com deficiência, para as quais não se aplica o limite máximo de idade;

II – Estar matriculado e frequentando instituição de ensino regular, caso ainda não tenha concluído o ensino médio, e demonstrar bom aproveitamento escolar;

III – Prioritariamente, pertencer a famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme critérios a serem estabelecidos em regulamentação.

Art. 5º A contratação dos jovens aprendizes será realizada em parceria com instituições qualificadas em formação técnico-profissional metódica, devidamente cadastradas e fiscalizadas pelos órgãos competentes, nos termos da Lei Federal nº 10.097/2000 e demais normas aplicáveis.

§ 1º As atividades a serem desempenhadas pelos jovens aprendizes terão caráter





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

administrativo e/ou operacional, compatíveis com a formação técnico-profissional e a respectiva jornada de trabalho, sem prejuízo de sua frequência escolar.

§ 2º A lotação dos jovens aprendizes ocorrerá nas diversas repartições da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, conforme a necessidade e a capacidade de acolhimento de cada setor, respeitadas as disposições da Lei Federal.

Art. 6º A gestão e a coordenação do Programa Jovem Aprendiz na Administração Pública Municipal serão de responsabilidade do Executivo Municipal, em articulação com as Secretarias Municipais pertinentes, especialmente as de educação e assistência social.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal deverá monitorar e avaliar periodicamente a efetividade do Programa Jovem Aprendiz, divulgando anualmente os resultados alcançados e os impactos na inserção profissional e social dos jovens.

Art. 8º As condições contratuais, o número de vagas, os setores de lotação, os critérios de seleção e priorização, bem como os demais detalhes operacionais do Programa Jovem Aprendiz, serão definidos por Decreto do Poder Executivo Municipal, respeitando os limites orçamentários, administrativos e a legislação federal vigente.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Manaus/AM, 30 de outubro de 2025.

EURICO TAVARES - VEREADOR - PSD/AM





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

JUSTIFICATIVA

A presente proposição legislativa visa autorizar e formalizar a implementação do Programa Jovem Aprendiz no âmbito da Administração Pública do Município de Manaus, em consonância com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que regulamenta a contratação de aprendizes. Este Projeto de Lei não apenas adapta uma iniciativa já bem-sucedida em outras localidades, mas a contextualiza e a robustece para atender às necessidades e à realidade socioeconômica de nossa capital.

A Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000) é um instrumento poderoso de inclusão social e profissional, permitindo que empresas e órgãos públicos ofereçam a jovens a oportunidade de aprender uma profissão e adquirir experiência, ao mesmo tempo em que continuam seus estudos. A inserção de jovens no mercado de trabalho, especialmente em sua primeira experiência, representa uma das principais estratégias para a promoção da cidadania, do desenvolvimento econômico e social, e para a redução das profundas desigualdades que ainda persistem em nossa sociedade.

Em Manaus, a juventude, em particular aquela em situação de vulnerabilidade social, enfrenta barreiras significativas no acesso a oportunidades. A falta de experiência, a carência de qualificação profissional alinhada às demandas do mercado e a ausência de redes de apoio podem perpetuar ciclos de exclusão. Ao implementar o Programa Jovem Aprendiz em suas próprias repartições, o Município assume um papel proativo e exemplar, oferecendo um ambiente seguro e estruturado para que esses jovens desenvolvam suas competências, aprendam sobre o serviço público e construam uma base sólida para suas carreiras.

Este Projeto de Lei estabelece princípios claros, como a promoção do desenvolvimento integral, o acesso ao primeiro emprego, a inclusão social prioritária para jovens em situação de vulnerabilidade, e a complementariedade entre formação teórica e prática. Ele detalha os objetivos do programa, que incluem qualificação profissional, vivência no serviço público, redução do desemprego juvenil e garantia da

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio Manaus - AM | 69029-120
www.cmm.am.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

EURICO DE ANGELO TAVARES - 006.418.992-97 EM 10/11/2025 13:55:04

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 6B56FB20001B177C . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

continuidade escolar. Além disso, prevê a parceria com instituições de ensino técnico-profissional e a articulação entre secretarias municipais, o que assegura a qualidade da formação e a integração das políticas públicas.

A iniciativa de capacitar jovens em um ambiente de serviço público não só beneficia os aprendizes, que ganham experiência e conhecimento sobre o funcionamento da máquina administrativa, mas também a própria Administração Pública, que se beneficia da energia, do potencial de inovação e das novas perspectivas que a juventude traz.

Portanto, a implementação do Programa Jovem Aprendiz na Administração Pública Municipal de Manaus é uma medida estratégica, socialmente justa e economicamente vantajosa. É um investimento direto no futuro de nossos jovens e na construção de uma sociedade mais equitativa e próspera. A aprovação deste Projeto de Lei representará um compromisso inequívoco com a valorização de nossa juventude e com a consolidação de Manaus como uma cidade que investe em seu capital humano e social.

Diante da inegável importância e do alinhamento com os mais elevados princípios de desenvolvimento humano e social, solicito aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Manaus/AM, 30 de outubro de 2025.

EURICO TAVARES - VEREADOR - PSD/AM





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE REDAÇÃO E REVISÃO
SEÇÃO DE EMENTÁRIO E PESQUISA

RESULTADO DE PESQUISA N. 19197/2025

TIPO	PL
EMENTA	DISPÕE sobre a implementação do Programa Jovem Aprendiz na Administração Pública do Município de Manaus, em conformidade com a legislação federal, e dá outras providências.
AUTORIA	Ver. EURICO TAVARES
RESULTADO DA PESQUISA	<p>Foram identificados, na pesquisa da Divisão de Redação e Revisão, os seguintes registros:</p> <p>Projeto de Lei n. 530/2023, de autoria do vereador Bessa, que INSTITUI o Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Município de Manaus e dá outras providências. (arquivado pelo Art. 151 do Regimento Interno)</p> <p>Projeto de Lei n. 531/2023, de autoria do vereador Bessa, que INSTITUI a contratação de jovem aprendiz nas empresas que prestam serviços de terceirização à Prefeitura de Manaus e dá outras providências. (arquivado pelo Art. 151 do Regimento Interno)</p>
SITUAÇÃO	Pesquisa realizada

Manaus, 03 de novembro de 2025.

Antônio José da Silva
Chefe da Divisão de Redação e Revisão

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2929

www.cmm.am.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ANTONIO JOSE DA SILVA - 615.763.872-91 EM 04/11/2025 10:02:31

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 7A859DB8001B177D . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



PODER LEGISLATIVO

Propositura 2025.10000.10300.5.018466
Data 11/11/2025

TRAMITAÇÃO

Propositura Nº 2025.10000.10300.5.018466

Origem

Unidade DIRETORIA LEGISLATIVA - DILEG
Enviado por KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA
RIBEIRO
Data 11/11/2025

Destino

Unidade DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO -
DVAPL (SAP)
Aos cuidados de KAREN TIUBA DE JESUS SALES

Fase

Fase SEM ALTERAÇÃO
Despacho ENVIADO PARA ANÁLISE E
PROVIDÊNCIAS